

DE “SÍTIO DOS CABOCLOS” AO “BAIRRO COMUNIDADE”: SOBRE A FORMAÇÃO DA PROPRIEDADE VIA URBANIZAÇÃO PRECÁRIA

TRABALHO ACADÊMICO (x)

COSTA, Sandra Helena Gonçalves¹

SILVEIRA, Victor Hugo Pereira de Sá Silveira²

SANTOS, Alizete dos³

INTRODUÇÃO

O “Sítio dos Caboclos” situado no município de Lagarto, SE, em hipótese corresponde a uma área de ocupação de terras livres por povos e comunidades tradicionais⁴. Cujas existências são documentadas em mapas, certidões imobiliárias e pela memória social local. Ao longo do século XX foram sendo constituídas posses camponesas, propriedades (sítios e fazendas). Atualmente, essa área, tem sido atingida pelo processo de extensão do tecido urbano do município configurando na dimensão campo-cidade, processos conflituosos, desiguais e combinados o qual serão abordados neste texto.

Com base nos argumentos sobre a formação da propriedade privada capitalista da terra propostos por Oliveira (1995), Oliveira e Faria (2009) e Costa (2017) e sobre a questão urbana e direito à cidade colocados por David Harvey (2014), Arlete Moyses Rodrigues (2016 e 1988), Ermínia Maricato (2005) e Lefebvre (1983) tem sido feito um levantamento do processo de ocupação da área buscando fundamentos na história de ocupação e transformação das posses em propriedade provocados pelos agentes da especulação imobiliária, sobretudo a partir dos anos 2000 com as políticas do Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV) e de interiorização das universidades federais que impactaram o conteúdo da expansão de Lagarto (uma cidade média). Além disso, recorreremos aos estudos do escopo legal e normativo que regulam a questão fundiária e dinâmica de expansão da cidade (Constituição Federal de 1988, bem como o Estatuto da Cidade, 2001 e o Plano Diretor do Município de Lagarto) confrontadas com as dinâmicas contraditórias e de resistência que se reproduzem à margem da gestão oficial da cidade.

1 Doutora em Geografia Humana. Docente EBTT Geografia IFS Campus Lagarto. sandra.goncalves@ifs.edu.br

2 Graduando em Arquitetura e Urbanismo bolsista PIBIC/CNPq 2023 e 2024/DPP/PROPEX/IFS.

3 Doutora em Geografia. Docente no Centro de Excelência de Educação em Tempo Integral Lourival Fontes/SEDUC-SE

4 Parte dos argumentos apresentados neste resumo correspondem aos resultados de pesquisa PIBIC/GR/Ações Afirmativas “*Estudo da Dinâmica Socioespacial do Bairro Jardim Campo Novo, Lagarto, SE*” com financiamento de bolsa PIBIC pelo CNPq através do Edital: 01/2023/DPP/PROPEX/IFS.

Os contextos demarcados para o estudo (1970-1990;1990 a 2010 e 2010 até a atualidade) no qual foram analisadas imagens de satélite, certidões imobiliárias, planta cadastral e realizados levantamentos em campo revelam que novas dinâmicas socioespaciais incidiram sobre a cidade de Lagarto e resultaram na incorporação de áreas de posses e propriedades, quando sítios e fazendas foram incorporadas ao tecido urbano, ou seja, o momento da metamorfose do campo para cidade.

Inicialmente, essa reconfiguração foi estimulada pelo poder público local que “loteou” o bairro, estimulando a ocupação de pequenas posses, em outro momento as áreas ocupadas pelos moradores mais antigos foram impactadas pela política estadual de criação dos Distritos Industriais de Sergipe. Em que foi instalada uma das unidades da agroindustriais dos Grupo Maratá. Todavia, unidades familiares camponeses e em tese moradores de tempos imemoriais, seguem vizinhos confinantes desta área.

Em síntese, o então criado Bairro Jardim Campo Novo, na década de 1980, em uma área de posses rurais, que abarca além dos antigos moradores do “Sítio dos Caboclos” - com visível elementos da reprodução do modo de vida e cultura indígenas - recebeu população com laços e parentesco com a Comunidade Quilombola Sítio Alto, Simão Dias, SE como também uma população cigana, dentre outros moradores pobres. Que reproduzem uma dinâmica social comunitária, pelo que passamos a denominar essa fração territorial por “Bairro Comunidade” Jardim Campo Novo.

METODOLOGIA

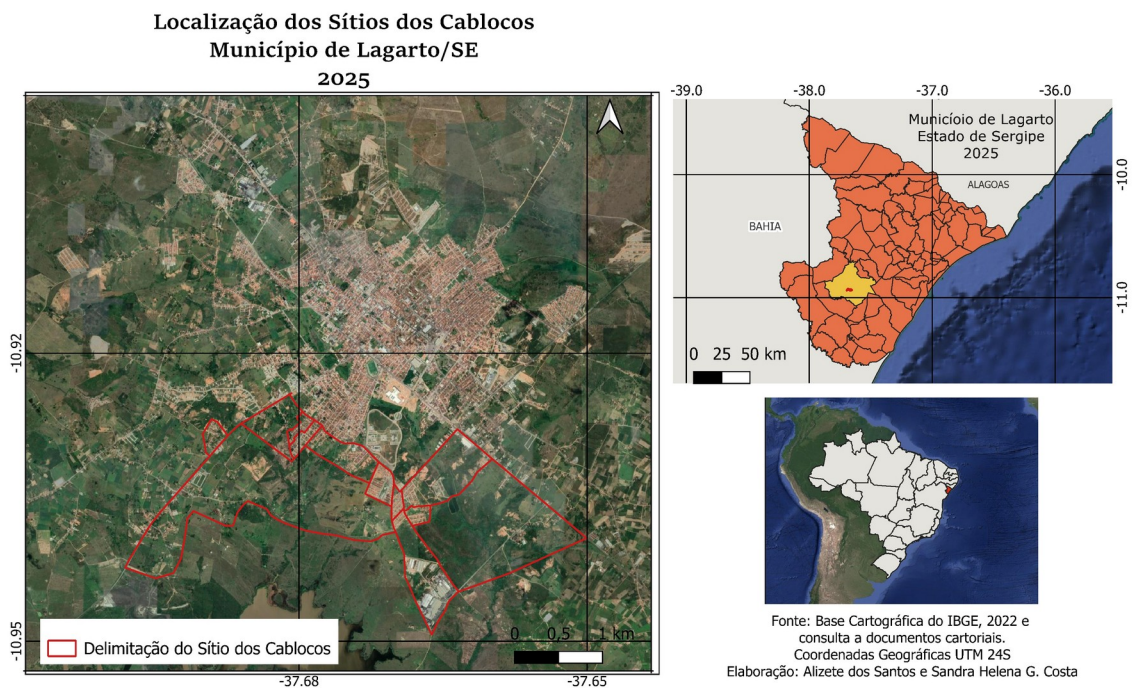
O percurso teórico e metódico percorrido abarcou estudos de campo, levantamentos de imóveis públicos e privados (condominiais) que substituíram as fazendas e sítios e vieram constituir na fração “Sítio dos Caboclos” o bairro Jardim Campo Novo e o Distrito Industrial de Lagarto. O Mapa 01 – Localização do Sítio dos Caboclos, Lagarto, SE, 2025, a apresenta a fração territorial de estudo. Foram utilizadas diversas fontes, como mapas, plantas imobiliárias e observações de topônimos, além de documentos legais, como leis municipais, o Estatuto da Cidade (2002) e o Plano Diretor (2006). Pcedeu-se a análise de certidões imobiliárias e a construção da cadeia imobiliária com a sucessória de imóveis, conforme Faria (2016) e Costa (2017).

Para reconstruir o histórico de formação do bairro Jardim Campo Novo, foram utilizados documentos imobiliários, como a planta cadastral e certidões de imóveis rurais que deram origem às áreas urbanas. Esses documentos revelam a origem dos empreendimentos imobiliários, incluindo três condomínios construídos por um grupo de Aracaju, dois dos quais foram beneficiados pelo programa “Minha Casa, Minha Vida” para a classe média. A análise dessas certidões é crucial para entender a evolução imobiliária e a transformação socioespacial do bairro, evidenciando a formação de novos bairros e os conflitos decorrentes da expansão

urbana, conforme destacado por Faria (2008) e Costa (2012). (SILVEIRA e COSTA, 2024; p.4)

Almeja-se contribuir com a compreensão do processo de expansão da propriedade privada da terra sobre as posses (no campo e nas áreas de expansão do tecido urbano) no município de Lagarto, SE. Onde, o costume de transmissão de imóveis via “documento de gaveta”, ou seja, certidões de compra e venda, em que os imóveis são transferidos de donos ou a herdeiros, antes de passarem pelo registro imobiliário. Até o período em que os interesses imobiliários vão se desenvolvendo sobre as áreas eleitas como áreas de expansão no município, sobretudo a partir dos anos 2000.

Mapa 01 – Localização do Sítio dos Caboclos, Lagarto, SE, 2025



RESULTADOS E DISCUSSÃO

O bairro Jardim Campo Novo, conforme definido pela lei municipal, encontra-se inserido no perímetro urbano de Lagarto, SE. Todavia, através da pesquisa passamos a defini-lo por “*bairro comunidade*”, pelas evidências concretas reveladas pelos levantamentos em campo e pela análise cartorial e evidências cartográficas reunidas.

A primeira, diz sobre os elementos socioculturais característicos de uma “comunidade rural”, ou seja, em referência a:

(...) um grupo concreto delimitado em termos territoriais (a população de uma localidade, distrito, município) e em termos de sua atividade (pessoas que se ocupam de atividades rurais, ligadas à agricultura e à pecuária). Mas, ao mesmo tempo, a expressão sugere que esse grupo se organiza a partir de relações de proximidade e solidariedade em que se sobressaem a importância do parentesco, vizinhança, cooperação no trabalho, coparticipação nas atividades lúdico-religiosas, apontando para valores de harmonia e consenso. (COMENFORD, JOHN; 2023, p.163).

Nesse sentido, conceituado pelo autor o bairro comunidade Jardim Campo Novo evoca tanto o aspecto de um grupo concreto delimitado na fração territorial pelo processo histórico de ocupação (por povos e comunidades tradicionais), tanto dos que já ocupavam a área e quanto aos chegantes, migrantes do território quilombola do Sítio Alto, do município vizinho de Simão Dias, SE. Assim, entre os moradores, prevalecem as características comuns de ordem étnica e religiosa e as relações, que engendram a “proximidade social”, solidariedade e os próprios códigos desenvolvidos para solucionar conflitos e desarmonias na comunidade.

Outra evidência refere-se ao processo de reconstrução da história social da propriedade, cuja análise documental segue em curso. A área onde se assenta o bairro comunidade Jardim Campo Novo (também os bairros adjacentes, São José, Loyola e Albano), encontra-se inserida na fração territorial denominada por “Sítio dos Caboclos”.

Na década de 1990, a construção do distrito industrial (onde estão situadas as indústrias do Grupo Maratá JAV - Sucos do Nordeste e Indústria de Alimentos; a Fraso Comércio e Acessórios para Móveis). Essas indústrias marcam o processo de expansão da malha urbana, que na atualidade ganham ainda mais abrangência com a construção de estacionamento de carga, posto de combustível e pousada integrando as demandas dos serviços rodoviários que atendem ao distrito industrial. Essas indústrias estão compreendidas no polígono formado pelas vias “Estrada para a Fazenda de João Feitosa” e “Estrada para Jardim Campo Novo”, “Estrada da Barragem” e “Estrada Protázio Ferreira” (conforme levantamentos em campo e composição cartográfica produzida durante a pesquisa).

Na primeira década dos anos 2000, as políticas públicas federais de interiorização do ensino (implantação dos Campus da UFS e do IFS) e programas habitacionais (Minha Casa Minha Vida), promoveram o movimento da especulação imobiliária para o Jardim Campo Novo. Logo, as obras de construção do Campus da UFS e dos condomínios (onde passam habitar funcionários da UFS, do IFS e estudantes universitários, dentre outros profissionais,

sobretudo funcionários públicos), e posteriormente, o empreendimento privado, a obra de construção do “shopping center” serão responsáveis por inserir novas lógicas urbanas naquela área que até o início da década de 1980, integrava a fração rural do município.

Doravante, as fazendas, posses e propriedades rurais passam por uma reconfiguração, sem, contudo, desaparecer da área do Jardim Campo Novo. Até o presente, são mantidas características do campo (elementos da paisagem, fazendas, posses e propriedades, fluxo de rebanhos bovino e equinos pelas vias públicas, cultivos agrícolas, roças, hortas e quintais e costumes comunitários rurais, ocupações profissionais como dos carroceiros), são reproduzidos costumes, práticas e relações inerentes às aquelas reproduzidas socialmente por povos e comunidades tradicionais, conforme ilustram seguir as Figura (01 a, b, c e d)– Conteúdos do Campo na Paisagem do Sítio dos Caboclos.

Ali, reside uma população periférica, segregada pelos processos imobiliários (construção de condomínios de médio padrão pelo PMCMV (2010)⁵.

Figura 01 a e b – Conteúdos do Campo na Paisagem do Bairro Comunidade Jardim Campo Novo, 2025.



5 Sobre fundamentação histórica acerca da origem dos condomínios fechados e sua reprodução no urbanismo brasileiro vide CALDEIRA, T. P. R. Cidade de Muros: Crime, Segregação e Cidadania em São Paulo. Ed. 34/ Edusp, 2000. pp.4-5

Figura 02 c e d – Conteúdos do Campo na Paisagem do Bairro Comunidade Jardim Campo Novo, 2023.



Fonte: Autoria Própria

O Mapa 01 evidencia a provável extensão do Sítio dos Cablocos indicado pelo cruzamento das fontes analisadas. Em hipótese, essa área foi ocupada pela presença de povos e comunidades tradicionais, indígenas e afrobrasileiros, muitos dos quais ainda resistem ao processo de urbanização precária e ainda resistem no local, reproduzindo elementos da cultura indígena e afrobrasileira (caça, pesca, agricultura, extrativismo, religiosidade).

A análise da Sucessão Imobiliária do “Sítio dos Caboclos”

Dialogando a cartografia, os documentos imobiliários, confrontando com a oralidade dos moradores mais velhos da comunidade, chegamos à seguinte reconstrução da formação do bairro-comunidade. O Jardim Campo Novo foi instituído como bairro dentro da fração territorial “Sítio dos Caboclos”. Esse bairro começou a ser criado durante o período em que Arthur Reis foi prefeito do município de Lagarto (1982-1988). Nesse período ocorreu o estímulo à entrega de pequenos lotes de terras aos populares, despossuídos de terras, vindos de outras áreas do campo e da cidade. Esses moradores chegantes passaram a conviver com sitiantes e posseiros com já viviam nessas áreas de sítios e fazendas, em pequenas e médias unidades.

Quadro 1 - Sucessão Imobiliária de Terras na Área do Sítio dos Caboclos

Proprietário	Reg. (Nº Matrícula, Livro, Ano)	Imóvel	Área	Proprietário	Transmitente	Forma da Sucessão
PRIMASA	M-13326; L-2AZ ANO 2010	Um Sítio denomina do “Sítio dos Caboclos”	9,9 HA	PRIMASA	Herdeiros de José Antônio de Figueiredo	Escritura Pública de Compra e Venda
HERDEIROS DE F. A. de F.	M-13326; L-2AZ ANO 2010	Sítio no Lugar denomina do “Sítio dos Caboclos”	9,9 HA	Herdeiros de J. A. de F.	Espólio J. A. de F.	Escritura Pública de Compra e Venda
J. A. de F.	M-11.136, L-3-N ANO 13/01/1970	Sítio no Lugar denomina do “Sítio dos Caboclos”	9,9 HA	J. A. de F.	P. M. de S.	Escritura Pública de Compra e Venda
P. M. de S.	Nº3.027; L 3-F	Um sítio com uma casa e malhada em terreno próprio, denomina do Sítio dos Caboclos	Área não informada.	P. M. de S.	A. M. F. e P. de O. F. e sua mulher O. F. da C.	Escritura Pública de Compra e venda

Fonte: Autoria Própria, a partir das análises das certidões imobiliárias CRI – Lagarto, SE

A documentação levantada para a reconstrução da história social da formação do bairro comunidade nos conduz à seguinte configuração. O primeiro registro histórico da existência do Sítio dos Caboclos, em Lagarto, foi documentada através do recenseamento do Brasil de 1920, dentre a relação dos proprietários dos estabelecimentos rurais de Sergipe de Lagarto - Registro 182, apontou Rosendo Fontes, como proprietário do Sítio dos Caboclos. E também a suposta propriedade

“Caboclos” em nome de Pedro de Araújo. As certidões imobiliárias até 1970 apontam a delimitação do Sítio dos Caboclos rumo à Estrada de Riachão do Dantas (SE-170). No referido Censo outras áreas em Lagarto, com mais referências afroindígenas foram relacionadas, tais como Caboclos, Angola, Senzala Velha e Quilombo.

O mapa e os registros imobiliários analisados, a partir da década de 1970 (Mapa Radam Brasil) e Certidão Imobiliária (Nº3.027; L 3-F) referiu à “*malhada em terreno próprio, denominado Sítio dos Caboclos*”, a área não foi informada, tendo em vista a extensão dos confinantes indicados a área excede os 9,9 hectares informados na sucessão informada na certidão seguinte (M-11.136, L-3-N ANO 13/01/1970). A próxima sucessão se dá por herança, como se lê na certidão (M-13326; L-2AZ ANO 2010) de um Sítio no Lugar denominado “Sítio dos Caboclos”. Esses herdeiros venderão a área “Um Sítio denominado “Sítio dos Caboclos”.ao grupo PRIMASA que transformará 9,9 hectares, o correspondente a três tarefas (unidade de medida comumente usada no campo em Sergipe), em três condomínios residenciais, sendo os dois primeiros financiados com recursos do Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV). É nessa escritura de 2010 em que pela primeira vez, o “Sítio dos Caboclos” é mencionado como uma unidade “um sítio” e não como uma fração territorial incerta.

Nesse processo, em curso, que combina, formação da propriedade privada capitalista da terra, especulação imobiliária e “gentrificação” visualiza-se indícios do apagamento da memória social da comunidade. Topônimos como do ribeirão Angola Cachorro que nomina a Estrada do Angola Cachorro (ainda mencionada no aplicativo de transporte da empresa Uber), transformada em Avenida Francisco Antônio de Figueiredo, a partir da criação dos condomínios da PRIMASA. Em um evidente apagamento da memória social da localidade, onde as frações imobiliárias do Sítio dos Caboclos e até mesmo o Jardim Campo Novo, passam a ter denominações condominiais em inglês (Grand View, Golden View e Garden View).

Os processos imobiliários configurados a partir da década de 1970 tem desenrolado uma urbanização muito precária em termos de saneamento básico e infraestrutura, salubridade das moradias, transformando posses camponesas e fazendas (cujo lastro na cadeia imobiliária ainda não foi finalizada no processo de pesquisa) em áreas segregadas, marginalizadas socialmente e em vulnerabilidade social, conforme apresentado na **Figura 02 – Urbanização Precária no Bairro Comunidade Jardim Campo Novo** a seguir. Por outro lado,

resistem as famílias em pequenas unidades familiares reproduzindo a dinâmica do campo (criação de animais, cultivos agrícolas) e a vida em comunidade.

Figura 02 – Urbanização Precária no Bairro Comunidade Jardim Campo Novo, 2025



Fonte: Autoria Própria

Trata-se de povos e comunidades tradicionais, população afrodescendente, carroceiros, catadores de materiais, prestadores de serviços (pedreiros, faxineiras, jardineiros, entregadores), praticantes de cultos de matriz africana (candomblé e umbanda), praticantes de capoeira, brincantes de quadrilhas juninas e ciganos, cuja reprodução social no município, se dá em uma lógica de reprodução da vida distinta dos agentes imobiliários e da classe média instalada nos condomínios. Evidente, que esse processo abarca outras áreas da cidade em que fazendas estão sendo loteadas, seja para condomínios populares ou para condomínios de médio e alto padrão.

CONCLUSÃO

Para a configuração da história social da propriedade no “Sítio dos Caboclos” é necessário retornar ao histórico da ocupação das terras que atualmente correspondem ao perímetro urbano da cidade de Lagarto. Em tempos imemoriais, a área que atualmente corresponde ao bairro comunidade Jardim Campo Novo, foi composta por terras livres, devolutas ocupada pela atividade agropecuária e extrativismo. Nessa fração do território, possivelmente, pode ter figurado, fazendeiros, oriundos da elite agrária daquele momento, em oposição, a essa ordem social, podem ter sido territorializadas comunidades de povos pretos (quilombolas), indígenas ou afro indígenas que existem e resistem e reproduzem na atualidade expressões culturais e de trabalho comuns a esses povos e comunidades tradicionais, as formas de cultivos de terrenos (lotes, chão ou tarefas), pastoreio de pequenos rebanhos, cultivos em quintais agrícolas, carroceiros e expressivo número de casas e terreiros associados à prática de religiões de matriz africana seja tanto a Umbanda quanto Candomblé. Também, nos levantamentos, nas fontes consultadas (cartográficas e imobiliárias), por mais de uma vez, foi mencionada a existência do “Sítio dos Caboclos”, que confirma a presença indígena nessa fração do território de Lagarto.

Também como fontes documentais que permitem reconstruir o histórico de formação do bairro a partir do processo de formação da propriedade, com fulcro no que propõe Costa (2012) recorreremos aos levantamentos de documentos imobiliários, tanto a planta cadastral do bairro quanto às certidões imobiliárias dos imóveis rurais do qual originaram as áreas parcelares urbanas, como por exemplo as áreas destinadas aos empreendimentos imobiliários de grupo construtor de Aracaju, dando origem a um conjunto de três condomínios nos qual se tem uma dinâmica rentista em curso. Sendo que dois desses condomínios acessaram a política pública do Programa Minha Casa, Minha Vida para uma faixa de renda que contemplou a classe média. A sucessão imobiliária analisada indicou o ano de referência para as transformações socioespaciais a partir de uma nova configuração imobiliária. Nesse contexto, Faria (2008) e Costa (2012) demonstram que as certidões imobiliárias são importantes fontes para a reconstrução do histórico de formação da propriedade. E consequentemente para a compreensão do movimento de formação de bairros, municípios e principalmente a compreensão de conflitos e resistências nas tensões da dinâmica campo-cidade.

Palavras-chave: Território; Posse; Comunidades Tradicionais; Bairro Comunidade, Urbanização

REFERÊNCIAS

- BRASIL. Recenseamento do Brasil de 1920 Registro 182, p. 98 Disponível em: <http://memoria.org.br/pub/meb000000360/recenseamento1920se/recenseamento1920se.pdf> acesso em 30 de nov. 2025.
- CALDEIRA, T. P. R. Cidade de Muros: Crime, Segregação e Cidadania em São Paulo. Ed. 34/ Edusp, 2000. pp.4-5
- COMERFORD, JOHN . Comunidade Rural. In: Marcia Motta; Alan Cardoso; Marina Machado. (Org.). Novo Dicionário da Terra. 2ed.Leiria, Portugal: Proprietas, 2023, v. 1, p. 112-120.
- COSTA, Sandra Helena Gonçalves.'Recantilados', entre o direito e o rentismo: grilagem judicial e a formação da propriedade privada da terra no norte de Minas Gerais. Tese de Doutorado. Programa de Pós- Graduação em Geografia Humana, - Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas. DEGEO/FFLCH/USP Orientação Prof. Dro. Ariovaldo Umbelino de Oliveira, 2017
- FARIA, C. S. de. “A integração precária, e a resistência indígena na periferia da metrópole”. Dissertação (Mestrado em Geografia). Programa de Pós- Graduação em Geografia Humana, - Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas. DEGEO/FFLCH/USP Orientação Prof. Drº. Ariovaldo Umbelino de Oliveira.
- _____ FARIA, Camila Salles. A luta Guarani pela Terra na metrópole paulistana: contradições entre a propriedade privada capitalista e a apropriação indígena. São Paulo: Tese de Doutorado. Programa de Pós- Graduação em Geografia Humana, - Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas. DEGEO/FFLCH/USP Orientação Prof. Drº. Ariovaldo Umbelino de Oliveira 2016
- HARVEY, David. Cidades Rebeldes: do direito à cidade à revolução urbana /David Harvey ; tradução Jeferson Camargo - São Paulo : Martins Fontes - selo Martins, 2014.
- LEFEBVRE, H. CABALLERO, José M.; GONZALÉZ, Oscar; KAMPPETER, Werner. La Renta de La Tierra. 5 ensaios. Editorial Tlaivali.
- MARICATO, Ermínia. Questão Fundiária Urbana no Brasil e o Ministério das Cidades, nov/ 2005. Disponível em: <https://labhab.fau.usp.br/2018/01/questao-fundiaria-urbana-no-brasil-e-o-ministerio-das-cidades/> acesso em 22 de Julho de 2017.
- OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **A fronteira amazônica mato-grossense: grilagem, corrupção e violência.** 1997. Tese (Livre Docência) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1997. . Acesso em: 08 ago. 2025.
- OLIVEIRA, A. U.; FARIA, C. S. 2009. O processo de constituição da propriedade privada da terra no Brasil. In: Anais do 12o Encuentro de Geógrafos de América Latina, 2009, Montevideo. Universidad de La República, p. 01-15
- RODRIGUES, Arlete Moisés. Na procura do lugar o encontro da identidade: um estudo do processo de ocupação coletiva de terra para moradia - Osasco. 1988. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1988. Acesso em: 08 ago. 2025.
- SILVEIRA, Victor Hugo Pereira de Sá; COSTA, Sandra Helena Gonçalves. A Questão Fundiária E A Dinâmica “Bairro Comunidade” Na Análise Socioespacial Do Bairro Jardim Campo Novo, Lagarto, SE... In: Anais do Quarto URBfavelas: Seminário Internacional de Urbanização de Favelas. Anais...Sao Paulo(SP) USP, 2024. Disponível em: <https://www.even3.com.br/anais/ivurbfavelas/903957-A-QUESTAO-FUNDIARIA-E-A-DINAMICA-BAIRRO-COMUNIDADE-NA-ANALISE-SOCIOESPACIAL-DO-BAIRRO-JARDIM-CAMPO-NOVO-LAGART>. Acesso em: 08/08/2025

Leis

BRASIL. [Constituição (1988)]. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Presidente da República, [2016]. Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em 08 agos. 2025.

BRASIL Estatuto da Cidade:Lei 10.257 de 10 de julho de 2001. 3. ed. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2010.

LAGARTO. Lei Ordinária nº 196, de 10 de outubro de 2006. Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano do Município de Lagarto. [S. l.], 2017. Disponível em:

<https://lagarto.se.gov.br/empresa/plano-diretor/>. Acesso em: 17 jul. 2023.

SERGIPE. LEI Nº 2.435, DE 30 DE SETEMBRO de 1983. Dispõe sobre as terras devolutas do Estado de Sergipe e dá outras providências.

SERGIPE. LEI Nº 6.426, DE 20 DE JUNHO DE 2008. Altera e acrescenta dispositivos e um Anexo Único à Lei nº 2.435, de 30 de setembro de 1983, que dispõe sobre as terras devolutas do Estado de Sergipe, e dá providências correlatas.